

A DÁDIVA COMO EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DOS PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Nayara da Silva Stockler¹

RESUMO: O artigo pretende elucidar como a forma de operacionalizar políticas públicas, neste caso as políticas de aquisição de alimentos, pode criar mecanismos de efetivação da cidadania no campo. Esta experiência pode ser verificada no caso da Associação dos Assentamentos Santo Antônio da Lagoa, São José da Lagoa e Santa Rita II, município de Piquerobi, SP, na região do Pontal do Paranapanema, na qual o acesso ao PAA transcende a lógica mercantil, com o envolvimento efetivo da associação de produtores na entrega dos alimentos fornecidos às entidades assistenciais, trazendo à luz outras formas de se pensar a comercialização dos alimentos, através da perspectiva da dádiva e dos sistemas de troca que precedem o mercado capitalista.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Dádiva, Cidadania, Assentamentos Rurais, Pontal do Paranapanema.

INTRODUÇÃO

O Pontal do Paranapanema, região paulista de marcos históricos na luta pela reforma agrária e na formação dos movimentos sociais pela terra, é também a região de maior concentração de assentamentos rurais no sudeste brasileiro e uma das regiões de maior concentração de projetos de assentamentos no país, com uma população com cerca de 6 mil famílias assentadas em terras públicas federais e estaduais. Somente nessa região do estado se encontram 114 projetos de assentamentos que recebem assistência técnica e extensão rural pública, majoritariamente, pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, através de seus Grupos Técnicos de Campo situados nos municípios de Euclides da Cunha, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rosana e Teodoro Sampaio.

A Fundação tem um percurso histórico marcado pela especificidade de um projeto de política agrária no Estado de São Paulo, que tem seus primeiros marcos no ano de 1983, quando o então governador Franco Montoro cria o Instituto de Assuntos Fundiários na Secretaria da Agricultura, com a administração de José Gomes da Silva, patrono da instituição e defensor de uma reforma agrária no país. Esta foi a primeira medida institucional que levaria a criação de um órgão específico para assuntos fundiários em São Paulo. Em 1985, formaliza-se um convênio entre a Secretaria da Agricultura e Abastecimento e a Companhia Energética de São Paulo (CESP) para a prestação de serviços em assentamentos rurais, com foco no setor de infraestrutura, e em contrapartida, a liberação de recursos para a criação de reassentamentos em compensação social a construção de barragens hidrelétricas no estado. É no mesmo ano que se promulgam as leis nº 4.925 e 4.957, tratando sobre a alienação de terras públicas estaduais para a criação de assentamentos rurais e criando a Lei Paulista de Assentamentos, norteadas pelos Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento de Recursos Fundiários (PVTP) que atualmente sofre reformulação sobre temas como sucessão rural e hereditariedade. Após anos de segmentação dos trabalhos e de

¹ Formação Acadêmica: Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela Unesp Araraquara. Filiação Institucional: Analista de Desenvolvimento Agrário pela Fundação ITESP.

reivindicações dos movimentos de trabalhadores sem terra, em 1991 é criado o Instituto de Terras e em 1999 este passa a alçada administrativa de fundação, consolidando um ciclo da política agrária do estado e fazendo da década de 90 um grande boom na criação de assentamentos estaduais, especialmente no Pontal do Paranapanema, graças às tensões agrárias advindas do histórico de exploração e ocupação irregular de terras devolutas (ITESP, 2013).

Para uma melhor compreensão do Pontal do Paranapanema ao que tange a criação e desenvolvimento de assentamentos rurais estaduais, aplica-se aqui um recorte de estudo ao GTC de Presidente Venceslau, que atende 22 assentamentos na regional do estado, dos quais apenas um é federal e, portanto, atendido mediante chamada pública de ATER elaborada e divulgada pelo INCRA quinquenalmente. As informações a seguir são referentes aos assentamentos atendidos por este GTC:

Tabela 1: Assentamentos do GTC de Presidente Venceslau

Assentamento	Município	Ano de Criação	Nº de Famílias
Areia Branca*	Marabá Paulista	1988	87
Malu	Caiuá	2003	24
Maturi	Caiuá	1998	172
Nossa Sra Aparecida	Marabá Paulista	2003	17
Nossa Sra das Graças	Caiuá	2009	66
Primavera I e II	Presidente Venceslau	1996	125
Radar	Presidente Venceslau	1996	43
Santa Angelina	Caiuá	2002	23
Santa Maria	Presidente Venceslau	1996	17
Santa Maria II	Marabá Paulista	2004	40
Santa Rita I	Tupi Paulista	1996	31
Santa Rita II	Piquerobi	1997	25
Santa Rita III	Caiuá	1998	21
Santo Antônio	Marabá Paulista	1999	73
Santo Antônio da Lagoa	Piquerobi	1997	29
Santo Antônio da Prata	Marabá Paulista	2004	34
São Camilo	Presidente Venceslau	2009	25
São José da Lagoa	Piquerobi	1996	29
Tupanciretã	Presidente Venceslau	1996	78
Vista Alegre	Caiuá	2002	22
Yapinary	Ribeirão dos Índios	1996	40
Total: 22	-	-	1021

Fonte: Fundação ITESP - *Assentamento Federal

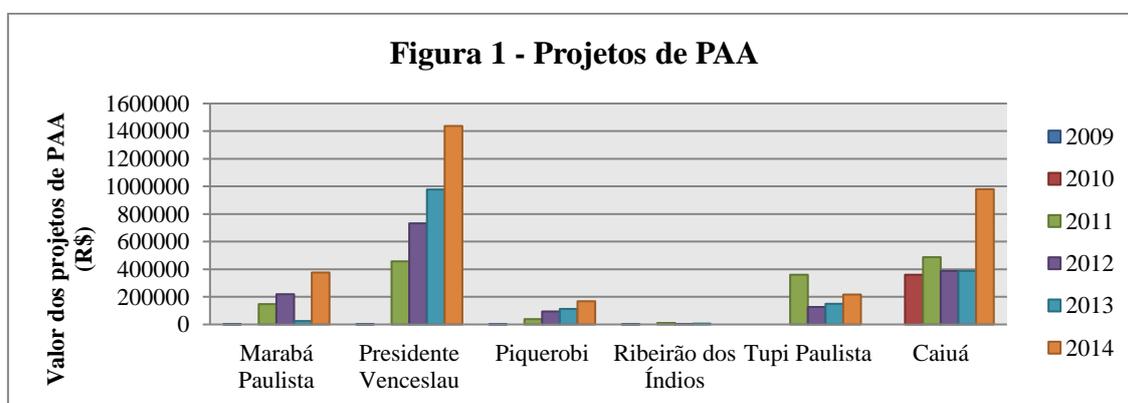
A partir dos dados demonstrados é possível compreender o recorte metodológico de análise da região do Pontal do Paranapanema a partir do GTC de Presidente Venceslau, tendo em vista que seu campo de atuação abrange diferentes realidades municipais, se destacando quantitativamente, além de formar um quadro heterogêneo no qual é possível notar diferenças nas formações históricas e nas dinâmicas sociais dos assentamentos envolvidos. A partir de uma análise global, é possível trabalhar com realidades díspares dentro da temática de desenvolvimento social e econômico dessas

comunidades, inclusive em um recorte temporal, com destaque ao final da década de 90 e início dos anos 2000.

Mesmo diante das particularidades locais, que interferem diretamente nas formas de produção e meios de vida, o que há de uniformizante entre toda a região do Pontal é o impacto que a política pública de aquisição de alimentos trouxe para a vida produtiva das famílias. O PAA é a primeira grande política pública voltada à compra de gêneros alimentícios de produtores rurais tradicionais familiares, assentados rurais, comunidades quilombolas, indígenas e povos tradicionais por meio da compra direta com doação simultânea às entidades assistenciais. Dele descendem outros programas com suas devidas similaridades, com diferentes normas e agentes envolvidos, mas com o mesmo objetivo que é o de adquirir o alimento proveniente da agricultura familiar e revertê-la para o consumo público e para a população em vulnerabilidade social e alimentar. O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho 2003, durante a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto parte do programa de combate a miséria “Fome Zero” (Conab, 2015). O Programa envolve atores como os Ministérios de Desenvolvimento Agrário e Social e Companhia Nacional de Abastecimento, cabendo a cada um desses agentes públicos viabilizarem desde os editais de compra até o mapeamento e seleção do público receptor.

O desenvolvimento da produção agrícola de olerícolas e frutas está intimamente ligado ao desenvolvimento desta política nos assentamentos atendidos pelo GTC, tendo em vista que a região, tradicionalmente arraigada na pecuária, tende a reprodução da história através da pecuária leiteira. Entre os assentados existe a máxima de que “o leite sempre pinga no fim do mês” e “o pior prejuízo que se pode ter com a vaca é ter que comê-la”, o que demonstra a confiança e a afinidade com essa atividade produtiva, com um mercado já estabelecido pelos laticínios e na crença de que esta atividade, em termos de investimento, se torna mais viável e de menor risco comparada à agricultura, que é susceptível a intempéries naturais e grandes oscilações de preço. Além do que, a inserção e comercialização de olerícolas e frutas na região, com os revezes da competição de grandes fornecedores e do preço estabelecido, limitava a atividade mercantil às feiras livres, que por si só não garantem o sustento das famílias, que buscam na pluriatividade, atualmente, um mecanismo de geração de renda, com multirendimentos (Schneider, 2010). Por isso, a chegada de um mercado seguro, flexível à entrega e com preço atrativo fez com que os assentamentos da região se voltassem à produção de legumes, frutas e verduras, abastecendo os bancos de alimentos regionais e as entidades socioassistenciais.

Abaixo estão os dados relativos aos municípios onde atua o GTC de Presidente Venceslau e os valores em reais dos projetos de PAA entre os anos de 2009 a 2014.



Fonte: IBGE

Estes dados comprovam a importância do programa e ascendência dos projetos, principalmente entre os municípios com mais de quatro assentamentos, como no caso de Marabá Paulista, Presidente Venceslau e Caiuá. Ribeirão dos Índios, com apenas um assentamento, é uma exceção devido aos investimentos dos agricultores na pecuária leiteira, o que lhes rende um alto valor agregado à qualidade do leite e maior renda familiar entre os demais, mas com mentalidade focada na produção de apenas um gênero, sendo as olerícolas produzidas apenas para consumo interno, assim como os pomares domésticos. Neste caso, são produtores de passado rural arrendatário e que possuem fortes vínculos com o município, sendo naturais da região, realidade bem diferente da maioria dos assentamentos da amostra. Exceção semelhante é o assentamento Santa Rita I, em Tupi Paulista, o que tange a origem dos assentados, entretanto, neste caso há uma preocupação maior dos produtores com a diversificação e pluriatividade, fazendo com que participem de programas diversos, como o PAA, Pnae, PPAIS, além de mercados convencionais através da Cooperativa Cacritupi, fornecedora de leite e bebida láctea e com a produção da semente de urucum para empresa de cosméticos em Monte Castelo, SP, sendo um grande diferencial deste assentamento. O declínio nos valores de projetos de PAA, neste caso, está diretamente relacionado ao acesso a diferentes políticas públicas, diversificando o mercado consumidor atingido.

Contudo, serão os assentamentos de Piquerobi o objeto de análise deste trabalho, que apesar de não se demonstrarem potenciais quantitativos nos dados acima, em termos proporcionais ao número de assentamentos e famílias, demonstram um perfil ascendente nos projetos de PAA, com apenas uma associação de produtores acessando ao programa. Desta maneira, o artigo busca elucidar a operacionalidade das políticas públicas para produtores rurais assentados e tradicionais e como estes três assentamentos se destacam dos demais na forma como comercializam seus produtos.

ASSENTAMENTOS DE PIQUEROBI

Os assentamentos São José da Lagoa, Santo Antônio da Lagoa e Santa Rita II foram criados nos anos de 1996, 1997 e 1998, respectivamente. Devido a sua proximidade territorial, ao pequeno intervalo de tempo de criação entre eles e a grande expressão demográfica perante a população urbana do município, os assentamentos acabaram sendo geridos de maneira unitária. Isto ocorreu não apenas no que se refere à gestão administrativa municipal e a prestação de serviços do ITESP, mas também pela própria comunidade, a partir de criação de uma única associação de produtores em 1998. A finalidade da criação da associação, de acordo com os membros da diretoria atual, foi a de instrumentalizar a aquisição de crédito do programa Procera, que viria a ser substituído pelo Pronaf em curto espaço de tempo. Com o encerramento do Procera, a associação continuou na busca de novos fomentos até se depararem com experiências iniciais de projetos de PAA na região, sendo o assentamento Santa Rita I o exemplo bem-sucedido e mais próximo da realidade local. De acordo com Sebastião, atual presidente da associação, “os produtores acreditaram no PAA sem ao menos vê-lo”, o que significa que a proposta sempre foi do interesse da comunidade, mesmo que a organização e planejamento da produção ainda fosse um obstáculo aos produtores ainda não familiarizados com tal ritmo produtivo e, principalmente, com trâmites burocráticos que levam ao *timing* de pagamento dos projetos. Somente em 2012 é que a dinâmica da política pública toma forma, levando à compreensão geral da necessidade de organização produtiva, coletiva e financeira por parte dos associados.

Como visto anteriormente, o final da década de 90 é o período com o maior índice de criação de assentamentos na microrregião e, a segunda década dos anos 2000,

trouxe um acesso efetivo aos programas sociais e políticas públicas voltadas ao pequeno agricultor. Foi neste momento que os produtores locais se depararam com o dilema do trabalho associado e cooperado, vendo a necessidade coletiva para acesso aos programas de comercialização.

O trabalho coletivo ainda é um grande obstáculo no Pontal do Paranapanema, tanto pela heterogeneidade dos grupos e comunidades, quanto por suas frustrações individuais e coletivas em projetos de cooperativas que não obtiveram êxito na região. Culturalmente, de maneira geral, os assentamentos do GTC têm grande dificuldade na compreensão da coletividade, assim como alimentam disputas de poder, micropoder e conflito de interesses (Foucault, 1979). Os assentados que tiveram sua origem no movimento social, sempre se referem ao período sem terra com grande teor afetivo, movido por grande saudade e muitas vezes com olhos marejados, demonstram quão positiva era a coesão social naquele momento, mesmo diante das adversidades estruturais e econômicas dos acampamentos. Este sentido coletivo se perde assim que chegam à terra e iniciam uma vida individualizada em seus lotes. Assim é a fala de Maria Leide, do Assentamento Santa Rita II, ex-integrante do MST e liderança de mulheres no início do assentamento.

Figura 2 – Reunião sobre o PAA em 2012



Fonte: acervo da Fundação ITESP

Portanto, trabalhar e comercializar de maneira coletiva é uma experiência recente, ainda conflituosa e que vê obstáculos para a superação da organização associativista para o cooperativismo. Tendo em vista essa dificuldade que não é apenas local, o PAA acaba por autorizar a utilização das associações de produtores como entidades de fins comerciais, como facilitadora do acesso ao pequeno agricultor.

De maneira geral, a forma como a política pública é orquestrada também envolve a viabilização do poder público, através do transporte municipal, que se desloca até as sedes dos assentamentos para pesagem, relatoria e entrega dos produtos que serão transportados para a zona urbana. A estrutura coletiva e financeira das associações inviabiliza um transporte próprio, inclusive, isso acarreta uma limitação de acesso a demais políticas públicas, como no caso do programa estadual PPAIS, que não fornece tal aporte de transporte público, dependendo da iniciativa do produtor para a condução dos produtos em data e quantidade determinada, sem possibilidade de negociação de prazos e mercadorias. Nos assentamentos de Presidente Venceslau, a Prefeitura do Município disponibiliza um caminhão que realiza o trajeto semanalmente para a busca dos produtos e é a responsável por redistribuir os alimentos, tanto para a população

cadastrada, em vulnerabilidade alimentar, quanto para as entidades socioassistenciais através de seu banco de alimentos. O mesmo ocorre com as associações de Caiuá. Já em Piquerobi, também há intermediação de transporte através da administração municipal, contudo, há projetos cuja entrega de volta para entidades assistenciais em municípios vizinhos, como Presidente Prudente, cidade referência da regional, a cerca de 60 km e na cidade de Pirapozinho, a 80km, fazendo com que a associação tenha que se responsabilizar pelo transporte da carga.

Serão nestes dois casos de deslocamento da produção que a questão da dívida se manifestará enquanto fator de construção de relações de confiança, amizade e na possibilidade de construção da cidadania no campo.

A DÁDIVA DO ALIMENTO

A dívida é um sistema de trocas precedente e coexistente ao mercado capitalista, de valor universal e que se realização pela obrigação tríplice de “dar, receber e retribuir” não só entre povos antigos, mas também entre os modernos (Mauss, 2003). Portanto, a dívida é compreendida enquanto um fato social que envolve a troca simbólica e ou material de bens e a construção de estruturas e vínculos de relações sociais. Ela se manifesta de diferentes formas, podendo criar relações positivas ou negativas, como a hierarquizações onde as trocas são assimétricas, gerando práticas como o clientelismo e reforçando as estruturas paternalistas no campo (Telles, 2006), mas também pode criar mecanismos que promovam a igualdade e a cidadania, através de políticas públicas, com a construção de uma democracia solidária. O elemento que distingue a dívida de um sistema de trocas mercantil é o fato de que a “coisa dada” geralmente não tem um valor equivalente ao da “coisa recebida”, descaracterizando a troca de um valor econômico, mas criando um sentido de equivalência e satisfação próprios da reciprocidade. De maneira geral, pensar a dívida no meio rural é colocá-la em um dos exemplos mais claros de como opera esse sistema de troca e reciprocidade, como por exemplo: no trabalho de campo enquanto agente de ATER, a dívida é algo cotidiano e universal, na mediada em que se realiza através da doação de alimentos produzidos pelos agricultores. O técnico-extensionista sempre é agraciado com os alimentos produzidos nos lotes no momento da visita técnica, seja ela rotineira ou uma visita que envolva a elaboração de um projeto de aquisição de crédito bancário. O homem e a mulher do campo têm em si a obrigação moral de dar o alimento que produz como forma de retribuição à dívida da terra, que dá o alimento ao produtor, sempre em um envolvimento de gratidão divina. Além disso, o “dar” significa agradecer a visita e o serviço público prestado pelo profissional de ATER, e fica nítido o desconforto quando o extensionista realiza a visita em uma unidade produtiva familiar e não há nela o que oferecer. Em contrapartida, há grande satisfação quando a oferta é farta e diversificada, como na época da colheita. Sendo assim, a dívida no campo já envolve até mesmo a prestação de serviço, em uma troca simétrica, em que o técnico e extensionista muitas vezes vão além de seu trabalho técnico-burocrático para auxiliar na resolução de um problema encontrado na unidade familiar. Há uma troca que não envolve o financeiro, mas a gratidão entre os sujeitos envolvidos cotidianamente na ATER, sem que haja obrigatoriedade, mas sim a reciprocidade voluntária entre eles.

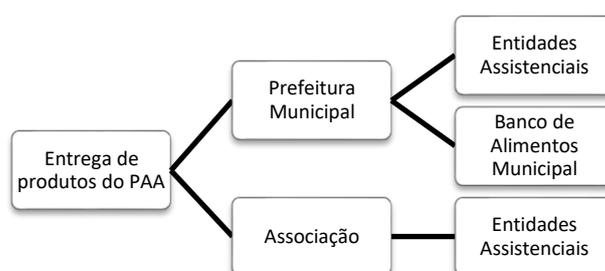
Já na instrumentalização da política pública, a dívida ocorre de outro modo, obedecendo outra lógica, e o meio que a torna possível é a entrega direta dos alimentos pela associação de produtores. De acordo com Martins (2012):

“...o mercado é regido por um sistema de trocas

equivalentes (dar-pagar), o Estado conhece um outro sistema de reciprocidades (receber-devolver), enquanto a sociedade civil é regida por um sistema de trocas não equivalentes: o dar-receber-retribuir” (Martins, 2012, pp. 59-60)

O sistema de trocas no PAA envolve a lógica do Estado, entendido como política pública que devolve à sociedade tanto o alimento, derivado da compra nos projetos para consumo público, mas também na compra em si, em uma medida protecionista e estimuladora ao pequeno agricultor, garantindo uma cota mínima de 30% aos produtos provenientes da agricultura familiar nos editais de compras públicas, mesmo que essa porcentagem mínima ainda não seja atingida na maioria dos municípios. Este sistema também envolve o tipo de troca entre civis, já que o Estado é apenas o intermediador-pagador, sendo o bem material e simbólico envolvido circulado apenas entre os produtores e entidades assistenciais. Quando não há intermediação do setor público na circulação do bem é quando a dívida intensifica as relações de retribuição. O esquema a seguir demonstra a operacionalização da entrega:

Figura 3 - Esquema da entrega do PAA



A associação dos produtores assentados de Piquerobi desenvolve a reciprocidade simétrica com seus receptores a partir do momento em que entrega os produtos diretamente, trabalhando a dívida aos moldes tradicionais, pela entrega “em mãos”. A interpessoalidade das relações cria os laços de confiança e amizade, essenciais ao funcionamento da política pública e, neste caso, estreita as relações entre os associados e as entidades que dependem de seus produtos para sobrevivência, criando um laço social de respeito mútuo. De acordo com Sabourin (2011), os mercados institucionais de compras públicas são capazes de introduzir a reciprocidade e a justiça social, inclusive quando cria possibilidades ao pequeno produtor em meio a tantas leis de mercado que favorecem ao agronegócio, mas também favorecem o desenvolvimento da cidadania, a partir do acesso à alimentação de qualidade.

As entidades assistenciais que são e já foram abastecidas por esta associação trabalham com a recuperação de dependentes químicos e com pessoas portadoras de doenças e transtornos mentais. O fato dessas entidades trabalharem com parcelas renegadas e excluídas da sociedade (Foucault, 1987) acaba por criar um vínculo interessante com a associação, já que os assentados rurais também são uma parcela rejeitada, seja pela criminalização dos movimentos sociais que reivindicam terra ou pelo setor conservador que reluta contra a reforma agrária no país. Portanto, são sujeitos de características ímpares envolvidos nessa política pública e, para os associados, o fato de entregarem para entidades desse gênero e que atendem a esse tipo de público fez com que a visão sobre o valor do alimento produzido e do trabalho do campo fosse aprimorada. Quando questionado sobre o trabalho das entidades, o presidente da

associação relembra com tristeza o caso do lar para recuperação de crianças e adolescentes viciados, dizendo que após a sua primeira entrega ali mudou sua visão sobre o vício e sobre o combate às drogas. Sebastião conheceu uma situação limite, na qual o tratamento para desintoxicação é iniciado e as crianças necessitam comer alimentos específicos, em estado líquido, pois as crises de abstinência são fortíssimas e inibem o apetite, aumentando a necessidade de suplementação com alimentos ricos em açúcares. Sebastião ainda falou sobre a complexidade do trabalho de recuperação do público jovem e explica o porquê a entidade desistiu do trabalho com este público e hoje se especializa na recuperação de adultos, pois o sucesso no tratamento com jovens era insatisfatório e desestimulante, com grande número de conflitos e situações de difícil dissolução, que vão além do vício e perpassam a educação e a criminalidade.

O mesmo ocorre no envolvimento da associação de Piquerobi com o abrigo para portadores de doenças psicossomáticas. Em ambos os casos, a relação de reciprocidade entre associação e os administradores das entidades é positiva e a troca está além do bem circulado e ofertado. Estas entidades e suas limitações financeiras e orçamentárias impossibilitam a disposição de um transporte para a busca dos alimentos diretamente nos assentamentos, obrigando o interesse da associação em realizar a entrega. As entidades devolvem o bem recebido flexibilizando a entrega e os gêneros alimentícios, como forma de compreender o ritmo do trabalho agrícola, as especificidades de cada ano e de cada safra, e os infortúnios possíveis no decorrer da produção. Isso significa uma abertura das entidades ao recebimento de algum alimento produzido em excesso, forçando a originalidade em sua utilização, como no caso da entrega do peixe, que ainda não filetado é fornecido, fazendo com que a entidade procure formas de prepara-lo ao consumo. No início do ano de 2016, um dos produtores sofreu com a visita inesperada de uma praga em sua produção de mamão, e para combater o problema teve que colher as frutas ainda verdes. A entidade assistencial de Pirapozinho se ofereceu para receber o alimento ainda verde e aproveitá-lo na inserção em saladas e na fabricação de doce, inclusive para venda e arrecadação de fundos para o projeto, que é administrado pela Igreja Católica do município.

O exemplo mais emblemático da relação positiva e simétrica desenvolvida na troca e reciprocidade da política pública foi o caso da produção de tomates, no ano de 2013. A safra da fruta foi vertiginosamente numerosa, e as entidades se ofereceram para receber o excedente de tomate produzido, de maneira a aproveitá-los na fabricação de extratos e molhos congelados, que foram utilizados durante todo um semestre naquele ano. Vale ressaltar que essa compreensão em absorver a produção dos agricultores não é uma regra, é na verdade o que confere à dádiva, como uma obrigação de retribuir a coisa dada. A sensibilidade e compreensão da realidade produtiva do pequeno agricultor é construída através da confiança entre os agentes envolvidos.

Nas imagens abaixo é possível ver os técnicos da Fundação ITESP e os produtores da associação no carregamento dos tomates no assentamento; em seguida, uma situação inusitada com um interno da Associação Assistencial Adolpho Bezerra de Menezes, que aproveitou a chegada do tomate para comê-lo na chegada, o que até hoje é uma situação marcante para a associação e extremamente simbólica, quanto à importância e qualidade do alimento que produzem; distribuição dos tomates no banco de armazenamento e resfriamento da instituição, o que viria posteriormente a ser processado para a utilização no decorrer do semestre. Essa foi apenas uma das entregas de tomates realizada no ano.

Figura 4 – Entrega de tomates no ano de 2013



Fonte: acervo da Fundação ITESP

A EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA

O programa de aquisição de alimentos pode ser considerado um sistema de troca entre atores com especificidades especiais. O grande fator que determina a importância deste projeto é o de envolver entre os participantes a questão da vulnerabilidade social. Dessa maneira, não são somente as entidades socioassistenciais que se beneficiam, mas também os produtores, não no benefício econômico com aumento da renda, puro e simples, mas no fato de que a população rural da região, em grande parte, também sofre com a vulnerabilidade que está além da renda (Schneider, 2010). Mesmo que agricultores produzam alimentos, há de se notar o empobrecimento nutricional entre algumas famílias de assentados, além do grande fetiche pelo consumo da carne, fruto de uma tradição alimentar nordestina, de onde descende grande parte das comunidades, acarretando indiretamente uma deficiência nutricional de vitaminas provenientes de certas olerícolas. Muito do que é produzido e comercializado para prover a alimentação da cidade não é consumido no próprio núcleo familiar rural, sendo que em alguns casos, certos alimentos são considerados “comida de animal”. Outro fator evidenciado pelas visitas à campo é a constante inserção de alimentos industrializados, especialmente o refrigerante em substituição aos sucos de frutas dos pomares domésticos, fazendo com que muitas crianças não conheçam frutas básicas da alimentação brasileira, nem tenham ao menos desfrutado de uma salada de frutas, como relata a professora responsável pelo reforço escolar rural, que se surpreendeu com o fato de algumas crianças nunca terem comido frutas consideradas populares no consumo brasileiro.

A entrega de olerícolas no PAA, até então não produzidas por certos agricultores, evidenciaram em seu cotidiano a importância da inserção destes gêneros na alimentação cotidiana, como no caso da berinjela, que aparecia como um dos produtos pouco consumidos pelos assentados de Piquerobi antes do PAA. As mulheres, especialmente, são muito mobilizadas para a realização de cursos e oficinas de

capacitação e sempre se surpreendem com a possibilidade de preparo de certos alimentos, como foi o caso da berinjela, em curso oferecido pelo Sebrae. Outros exemplos são o do aproveitamento da banana e da mandioca, esta última é sem dúvida a cultura mais presente na região, entretanto, muitas famílias desconheciam maneiras diversificadas de inserir o alimento na dieta cotidiana. Portanto, o PAA abriu portas ao conhecimento produtivo, mediante a demanda pela compra governamental, incitando a curiosidade e a multiplicidade de gêneros de produção nos lotes, além de contribuir para melhoria da alimentação familiar no campo. O contato com projetos das entidades assistenciais e a visualização da importância do alimento produzido fez com que a atividade empoderasse os produtores quanto à importância da agricultura familiar e o valor social da reforma agrária, em uma região ainda com carências demonstradas pelos baixos índices de desenvolvimento comparados ao restante do estado.

A dívida, como um sistema universal e social, é um caminho ao entendimento das relações da reciprocidade para além do econômico. Apesar de o PAA envolver um intermediário financeiro, o Estado, e sem ele não ocorrer o projeto, ele não é o protagonista do sistema, mas apenas o agente regulador de fiscalização e pagamento, estando fora da dívida. Um dos aspectos que diferencia uma simples troca mercantil para dívida na política pública é o valor de confiança estabelecido entre os sujeitos e sem ele não há possibilidade de realização. O início do PAA foi permeado pela desconfiança por parte das entidades e agentes receptores dos alimentos, que muitas vezes não acreditavam na capacidade de produção dos assentados rurais, nem na qualidade e na regularidade de entrega dos alimentos. A confiança foi fator motivador e estruturador do desenvolvimento do programa, não apenas entre os atores, mas entre os próprios associados, que tiveram que lidar com a estruturação da confiança como um bem simbólico primordial ao funcionamento do associativismo e da venda coletiva, e dessa maneira, a existência do PAA forlance os vínculos sociais.

A efetivação da cidadania do homem e da mulher do campo ocorre quando a dívida operacionada pelo programa consegue definir um sentimento de pertencimento social ao agricultor e agricultora. Não se determina aqui uma cidadania inclusiva pelo aumento da renda, haja vista o PAA como um acréscimo de oito mil reais por unidade familiar que participante e pelas políticas públicas advindas deste contexto que buscam a transferência de renda como mecanismo primordial, mas sim da inclusão social através da valorização do trabalho, e acima de tudo, da valorização do alimento como elemento essencial à manutenção da vida.

Perceber como a dívida se manifesta no exemplo dos associados de Piquero é desconstruir as ideais de Telles (2006) e Sales (2006) quanto a uma reciprocidade negativa, que desmonta a cidadania pela estruturação de trocas assimétricas e que geram vícios e dívidas entre sujeitos de poder e sujeitados, neste caso, de uma possível dependência do produtor em relação ao Estado. Aqui o que se visualiza é a possibilidade de construir o inverso, através da ação entre sujeitos simétricos, em estado de vulnerabilidade, seja ela social, financeira ou alimentar, e que de certa forma estão à margem e necessitam de instrumentos de aceitação e de pertencimento para a valorização de seu papel social. Em um contexto econômico que migrou dos latifúndios escravistas para um agronegócio latifundiário exportador, criar mecanismos na política pública que evidenciem o papel do agricultor familiar na composição básica da alimentação brasileira é trazer a luz a cidadania ao homem do campo. Após intenso êxodo rural e os obstáculos para a permanência do jovem no campo, as políticas públicas são essências para a viabilização da vida rural, e através dela perceber a cultura originária do campo e seus modos de vida (Cândido, 2001), de onde a dívida se manifesta de diferentes formas, com o poder de transcender a lógica do mercado e

possibilitar a diversidade social e estruturação da cooperação, da solidariedade e do comunitarismo.

Portanto, a forma de comercializar com ênfase no processo “mãos em mãos”, pela entrega direta, contrapõe a redução das relações orientadas pela racionalidade econômica e fortalece as alianças com a convivência e reconhecimento do próximo, num processo de empoderamento coletivo e de empatia, possibilitando o entendimento do próximo enquanto cidadão de direito, no qual a cidadania possa alcançar o sentido de cooperação e de respeito mútuo.

LISTA DE ABREVIATURA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CESP	Companhia Energética de São Paulo
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
GTC	Grupo Técnico de Campo
IAF	Instituto de Assuntos Fundiários
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPAIS	Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social
Procera	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PVTP Funditários	Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento de Recursos
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

BIBLIOGRAFIA

BRASIL – Companhia Nacional de Abastecimento. Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2>>. Acesso em 21/06/2015.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Editora 34, 2001.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FUNDAÇÃO ITESP. *Fundação ITESP: sua história e realizações, evolução das políticas agrária, e fundiária no estado de São Paulo*. Organizadores: Marco Pilla, Marcia Regina de Oliveira Andrade e Luiz Antonio de Paula Marques. São Paulo: ITESP, 2013.

LANNA, Marcos. *Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 14: p. 173-194, jun. 2000

MAUSS, Marcel. *Antropologia e Sociologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005

MARTINS, Paulo Henrique. (Org.) *A dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARTINS, Paulo Henrique. *A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], nº73, Dezembro de 2005, p. 45-66.

SABOURIN, Eric. *Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas*. Tomo, v. 7, p. 75-104, 2004. Aracaju: UFS.

SABOURIN, Eric. *Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro*. Raízes, 20, p. 56-64, 1999.

SABOURIN, Eric. *Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento*. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 24-51

SCHNEIDER, Sergio. *Reflexões sobre diversidade e diversificação. Agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural*. Campinas: Ruris, vol 4, nº1, Março de 2010, pp. 85-131.

SALES, Teresa. *Caminhos da cidadania: comentários adicionais*. RBSC/ANPOCS 25, São Paulo, 2006

TELLES, Vera. *Cultura da dádiva, avesso da cidadania*. RBCS/ANPOCS 25, São Paulo, 2006.